



**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO RONALDO MEDEIROS**

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 968/2022  
Data: 01/06/2022 - Horário: 09:06  
Legislativo

**Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_/2022**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA**

**EMENTA:**

**Dispõe sobre a classificação da Surdez Unilateral como deficiência auditiva no âmbito do Estado de Alagoas e da outras providências.**

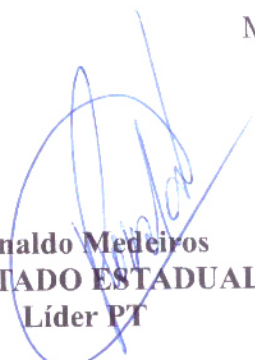
Art. 1º - Fica classificada como deficiência auditiva a Surdez Unilateral.

Art. 2º - A pessoa diagnosticada com Surdez Unilateral poderá concorrer às vagas de cargos da Administração Pública e de empresas que são legalmente incumbidas a preencher com pessoas com necessidade especial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Maceió, 18 de maio de 2022.

  
**Ronaldo Medeiros  
DEPUTADO ESTADUAL  
Líder PT**





**ESTADO DE ALAGOAS  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL  
GABINETE DO DEPUTADO RONALDO MEDEIROS**

**JUSTIFICATIVA**

A legislação brasileira, ainda não contempla pessoas com surdez unilateral no rol de pessoas com deficiência, mas cumpre esclarecer que o Estado possui competência para legislar sobre a proteção de , pessoas portadoras de deficiência, conforme dispõe o artigo 23, inciso II da Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II — cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

Diante disso, o tratamento conferido às pessoas com surdez unilateral deve ser realizado de acordo com Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e a ratificação da Convenção Intencional Sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), e n5o com base no Decreto nº 3.298/1999, o qual, além de trazer um ultrapassado modelo médico de abordagem, em vez de ampliar, limita os direitos das pessoas com deficiência.

Para a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pessoas com deficiência são “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, dos quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.”

No mesmo sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência dispõe: considera-se pessoa com deficiência “aquela que Qm impedimento de longo prazo de natureza física. mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”. Entende-se por barreira qualquer entrave, empecilho, que limite ou impeça a participação social da pessoa com deficiência.

A surdez unilateral é efetivamente uma barreira, não podendo ser considerada como mera perda parcial da audição. Não se entende porque quem escuta mal dos dois ouvidos seja considerado deficiente, enquanto quem possui audição grave em um só ouvido não é caracterizado como tal.

Diversos são os obstáculos enfrentados pelas pessoas com surdez unilateral. São comuns os relatos de dificuldade ou mesmo impossibilidade de localização da fonte sonora, bem como no caso de quem dirige, é possível que não consiga localizar de qual veículo é oriundo o barulho produzido por um apito de uma buzina, ou mesmo de qual direção está vindo o som produzido pela sirene de uma ambulância. Outra reclamação comum é a existência de um zumbido constante no ouvido, o que dificulta a concentração e, conseqüentemente, a realização de diversas atividades cotidianas: estudar, assistir a aula, trabalhar, dirigir, dormir, conversar. Existem, ainda, queixas de dificuldade em manter conversas simultâneas, mormente quando travadas em ambientes muito barulhentos. Além de encontrar obstáculos em locais barulhentos, há problemas em detectar sons baixos.

A situação fica ainda mais grave quando se trata de inserção no mercado de trabalho, porquanto quem tem surdez unilateral não é considerada pessoa com deficiência para fins de concorrência às vagas reservadas de um concurso público.


Por outro lado, também não encontram oportunidades no setor privado, pois são eliminadas em processos seletivos, por não ser consideradas aptas em exames de admissão (uma audiometria, por exemplo).

Em alguns casos, quem recorre na justiça para concorrer às vagas reservadas em concursos, raramente consegue ser enquadrado como pessoa com deficiência. Quando a decisão judicial é favorável, vale somente para aquela vaga, assim, nenhum outro direito da pessoa com essa deficiência é alcançado.

Sendo assim, queremos que seja estabelecido que deficiência auditiva é a perda unilateral ou bilateral, parcial ou total.

Rogamos aos pares desta Casa Legislativa por sua aprovação, em sua íntegra.

É a proposição.

  
**RONALDO MEDEIROS**  
**Deputado Estadual**  
**Líder PT**